

PMDB se mobiliza para que Jânio não possa se candidatar

BRASÍLIA — A decisão de Jânio Quadros de se filiar ao PFL começou a mobilizar forças no Congresso para a rejeição do veto do Presidente Sarney, que reabriu o prazo para filiação partidária dos candidatos à Presidência, e assim inviabilizar a possibilidade de o ex-Presidente se candidatar. Ontem, os Líderes do PMDB na Câmara e no Senado, Ibsen Pinheiro e Ronan Tito, informaram que lutarão para derrubar o veto na próxima semana e acreditam ter o apoio da maioria do Congresso.

— Acho que com a entrada do Jânio no PFL, haverá mais gente contra o veto. O PFL ganhou um presente de grego, alguém cuja carreira política acabou há 28 anos e ainda não se deu conta disso — disse Ibsen.

Ele ressaltou que o PMDB já estava decidido a se posicionar contra o veto antes da filiação de Jânio, pois acha que o prazo de filiação partidária dos candidatos não deve ficar aberto até às vésperas das eleições. De acordo com o projeto aprovado pelo Congresso e vetado por Sarney, o prazo expirou a 15 de maio.

— Jânio nos ensinou — afirmou Tito, ao explicar que a estratégia do PMDB será rejeitar o veto.

Os Líderes acham que a correlação de forças no Congresso está favorável à rejeição do veto porque, além de terem a maior bancada, esperam receber apoio também de amplos setores do PFL. Isto porque a maioria dos adeptos da candidatura Aureliano Chaves — que chegou a ser surpreendida com a decisão de Jânio de se filiar a seu partido — é contrária a Jânio. O principal exemplo é o próprio Líder do PFL na Câmara, Deputado José Lourenço, que, segundo seus companheiros, deverá trabalhar também pela rejeição ao veto de Sarney, caso identifique alguma possibilidade de Jânio se candidatar por seu partido.

Apesar dos comentários de que Sarney, ao vetar este item da Lei, teria em mente fazer ressurgir a candidatura Jânio, o Líder do Governo na Câmara, Luiz Roberto Ponte, negou esta intenção. Segundo ele, é inconstitucional a fixação do prazo final para filiação em 15 de maio, data anterior à aprovação da lei. Apesar disso, admitiu alguma intenção política, já que o veto "favorece o surgimento de alguma coisa nova que a própria sociedade pode querer".